

ATA	Nº	346/99	-	CEPE
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, reuniu-se, extraordinariamente, pela tricentésima quadragésima sexta vez, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a presidência do professor Luiz Sérgio Saraiva, reitor, e secretariada pelo professor Paulo Shikazu Toma, secretário de Órgãos Colegiados, para **avaliar o retorno às atividades acadêmicas**. Os conselheiros presentes foram os que seguem: Carlos Sigueyuki Sediya, Frederico José Vieira Passos, Antônio Teixeira de Matos, substituto do conselheiro Liovando Marciano da Costa, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Flávio Alencar d'Araújo Couto, Gilberto Paixão Rosado, Aristéa Alves Azevedo, Elza Fernandes de Araújo e seu suplente Dario Cardoso de Lima, este com direito a voz, Luciano Baião Vieira, Everaldo Gonçalves de Barros, Guido Assunção Ribeiro e seu suplente, João Carlos Cardoso Galvão, este com direito a voz, Pedro Alves Paiva, Emmanoel de Moraes Barreto, suplente do conselheiro Geraldo Honório de Oliveira Neto, Tarcísio Gomide Filho, Rodrigo José Gonçalves, Moisés Silveira Lobão e o diretor do Registro Escolar, Vicente de Paula Lélis. Inicialmente, a presidência lembrou que a presente reunião havia sido marcada na reunião do dia 24.5.99, para avaliar o retorno às atividades após o recesso decretado na ocasião, em face dos tumultos que transtornavam a rotina no "campus". Informou aos conselheiros que os manifestantes continuavam promovendo tumultos e que, conforme instruções passadas aos chefes de Departamentos, os incidentes estão sendo registrados por escrito e encaminhados à Reitoria. No tocante aos excessos cometidos, a Administração encaminhou o processo ao Judiciário. De outro lado, a Administração optou por abster-se de recorrer às forças policiais, conforme faculta a lei, para garantir a ordem no "campus", preferindo buscar uma solução negociada. Para isso, foram instituídas duas comissões, conforme a recomendação deste Conselho na última reunião. O conselheiro Carlos Sigueyuki Sediya informou que foi instituída a Comissão de Política e Desenvolvimento de Assistência Estudantil, composta de quatro docentes, um técnico de nível superior, de áreas de conhecimento relacionados com a questão da assistência estudantil, e dois representantes discentes, membros de centros acadêmicos e que já estavam participando das últimas discussões sobre o restaurante universitário. Essa comissão é presidida pelo Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e tem por objetivo desenvolver uma proposta de política de assistência estudantil que dê um melhor encaminhamento para essa questão. Para negociar uma solução imediata da situação, foi formalizado, como Comissão Transitória de Conservação e Negociação, o grupo informal que vinha mantendo as conversações durante esse período de tumultos. Essa Comissão tem a participação dos pró-reitores de Assuntos Comunitários, de Ensino e de Administração, o diretor do Centro de Ciências Exatas e os representantes do Diretório Central dos Estudantes. A presidência informou que foram realizadas reuniões com diretores de Centros, chefes de departamentos e coordenadores de cursos, para informá-los sobre a situação e repassar-lhes orientações, buscando dirimir dúvidas e mal-entendidos, que resultam da desinformação bem manipulada pelos manifestantes. Propôs ao plenário convidar o professor Luiz Aurélio Raggi, diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, para participar desta reunião, trazendo informações sobre o andamento das conversações com os estudantes. O professor Luiz Aurélio Raggi explicou que sua

47 participação na Comissão Transitória de Conversação e Negociação deveu-se à
48 coincidência de se encontrar, juntamente com os pró-reitores de Ensino e de
49 Administração, conversando com o pró-reitor de Assuntos Comunitários, quando este foi
50 procurado pelos representantes do Diretório Central dos Estudantes, que buscavam uma
51 forma de repassar à Administração a arrecadação do restaurante universitário por eles
52 assumida. Informou que foram realizadas várias sessões de conversações, mas que pouco
53 têm progredido, devido à intransigência dos estudantes. Declarou que as planilhas de
54 custos do restaurante universitário, assim como outros documentos relacionados com
55 esses custos foram apresentados e analisados exaustivamente, confirmando-se plenamente
56 o quadro apresentado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários desde o início das
57 conversações sobre a questão. Considerou que a participação dos estudantes nessas
58 análises e conversações tem sido muito positiva, especialmente quanto aos membros dos
59 centros acadêmicos mais afeitos a tratar de assuntos relacionados com questões
60 administrativas e econômicas. Esclareceu que, pelos resultados dos estudos feitos, o
61 déficit operacional do restaurante universitário supera os R\$42.000 mensais até agora
62 propalados, oscilando entre R\$43.000 e R\$50.000, aproximadamente. Há indícios de que
63 a eficiência da administração do restaurante universitário pode ser melhorada, entretanto,
64 essa questão não é resolução imediata, pois requer análises mais demoradas e
65 aprofundadas, devendo ser, portanto, objeto da Comissão de Política e Desenvolvimento
66 de Assistência Estudantil. Também, nas listas de bolsistas, foram constatados alguns erros,
67 como alegavam os estudantes, mas foram poucos e de pouca significância, provavelmente
68 em decorrência do fato de que, para adiantar a publicação, não foram feitas revisões mais
69 cuidadosas. Entretanto, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários já está procedendo às
70 devidas retificações. No desenvolvimento das conversações, houve uma importante
71 convergência quanto à preocupação com relação aos estudantes carentes. A partir dessa
72 preocupação central, foi desenvolvida uma proposta no sentido de suspender as bolsas
73 parciais (que se referem à cobrança de R\$0,40 por refeição) e de manter e ampliar o
74 número das bolsas totais, faltando ainda definir a questão dos bolsistas de iniciação
75 científica e dos monitores. Enfim, sobre o questionamento dos estudantes quanto aos
76 dados referentes ao custo do restaurante universitário, já não restam dúvidas, e também se
77 entende que a proposta apresentada pela comissão atende à reivindicação maior dos
78 estudantes relativa aos carentes. O reitor já mostrou disposição de aceitar essa proposta.
79 Entretanto, as conversações não chegam a termo porque os estudantes colocam outras
80 questões. O conselheiro Moisés Silveira Lobão indagou acerca dos custos referentes à
81 produção própria da Universidade e se esses custos são repassados aos departamentos a
82 título de pagamento dos produtos destinados ao restaurante universitário. O professor
83 Luiz Aurélio Raggi esclareceu que essa produção se faz com recursos da Universidade,
84 comprando os insumos necessários. Normalmente, a produção resulta do desenvolvimento
85 de projetos acadêmicos, pois a Universidade não tem como função a produção comercial.
86 O conselheiro Frederico José Vieira Passos acrescentou que, se fosse produzir
87 comercialmente, a Universidade teria problemas de viabilidade econômica, pois os seus
88 custos de produção seriam necessariamente maiores que os praticados no mercado. A
89 produção própria, consumida internamente ou vendida, é sempre subproduto da pesquisa
90 ou das aulas práticas. No tocante à questão das negociações com os estudantes,
91 questionou a posição destes, que não têm informado de forma correta aos demais
92 estudantes o andamento das negociações. O conselheiro Flávio Alencar d'Araújo Couto

93 disse que o problema, na verdade, não é o restaurante universitário, pois conforme os
94 próprios estudantes já declararam, o problema é político. A presidência afirmou que, de
95 fato, a questão do restaurante universitário é apenas um pretexto, que existem outras
96 motivações ocultas, que, no devido tempo, serão esclarecidas. O professor Luiz Aurélio
97 Raggi esclareceu que a comissão restringiu-se à discussão da questão do restaurante
98 universitário, pois o seu propósito é solver o impasse que gerou essa situação de crise no
99 “campus”. O conselheiro Rodrigo José Gonçalves perguntou dos números relativos às
100 bolsas. O professor Luiz Aurélio Raggi informou que, no momento, estão definidas 732
101 bolsas e que, nas conversações, chegou-se a definir 900 bolsas como número de
102 referência. A presidência informou que as medidas estudadas de início tinham por
103 propósito reduzir o déficit operacional do restaurante universitário a patamares entre
104 R\$9.000 e R\$10.000 mensais, que seriam suportáveis para a Universidade. Acrescentou
105 que sinalizou à comissão sua disposição de aceitar os termos propostos, embora isso
106 signifique aceitar um déficit mensal em torno de R\$19.000. Reiterou que não existe
107 recurso do MEC para a assistência estudantil e que todo o seu custo é suportado pelas
108 rendas próprias da Universidade. O conselheiro Flávio Alencar d’Araújo Couto, a pedido
109 da presidência, fez um relato das reuniões com os diretores de Centros, chefes de
110 Departamentos e coordenadores de cursos de graduação. As discussões concentraram-se
111 na questão de como garantir a retomada das atividades. Foram colocadas algumas
112 considerações: reconhecer o estado de greve; manter a programação de atividades;
113 negociar uma revisão de calendário; manter a disposição de não recorrer à polícia; utilizar
114 a polícia para garantir o direito de quem quer assistir às aulas; o risco da perda do
115 semestre; aceitar a mediação das seções sindicais. O conselheiro Carlos Sigueyuki
116 Sedyama manifestou preocupação pela segurança das pessoas da comunidade, em vista
117 dos riscos de excessos por parte dos manifestantes. Informou que alguns segmentos da
118 comunidade têm reivindicado atitudes mais fortes, para conter os abusos e restabelecer a
119 ordem. Lamentou alguns atos de desrespeito a professores e chamou atenção para a
120 necessidade de manter o respeito com relação ao professor. A presidência deu
121 conhecimento ao plenário da correspondência encaminhada pelo professor Victor Hugo
122 Alvarez Venegas, do Departamento de Solos, manifestando sua indignação quanto à
123 agressão praticada pelos manifestantes contra o professor Roberto Ferreira de Novais. A
124 conselheira Elza Fernandes de Araújo manifestou seu repúdio a esse tipo de atitude e disse
125 que este Conselho deveria manifestar-se em ato de desagravo ao professor ofendido. O
126 conselheiro Tarcísio Gomide Filho falou sobre a necessidade da publicação de uma nota
127 do CEPE à comunidade. O conselheiro Moisés Silveira Lobão reivindicou para o Diretório
128 Central dos Estudantes a indicação dos representantes discentes na Comissão de Política e
129 Desenvolvimento de Assistência Estudantil. O conselheiro Carlos Sigueyuki Sedyama
130 explicou que, nessa primeira composição da Comissão, para agilizar a sua instituição e
131 seus trabalhos, optou-se pela nomeação dos membros dos centros acadêmicos de
132 Administração e de Economia, que fizeram parte do grupo de estudantes que, por
133 indicação do DCE, participou dos estudos e discussões sobre as planilhas de custos do
134 restaurante universitário. O conselheiros Dario Cardoso de Lima e Gilberto Paixão
135 Rosado indagaram como caracterizar a manifestação estudantil, se como greve ou como
136 paralisação. Os representantes discentes não souberam responder com precisão a essa
137 indagação e, perguntados se houvera decisão de assembléia sobre a greve, responderam
138 que não. A conselheira Elza Fernandes de Araújo encaminhou proposta de resolução nos

139 seguintes termos: 1) determinar o reinício das atividades de graduação a partir de 31.5.99,
140 conforme disposto na Resolução 3/99; e 2) solicitar à Comissão de Política e
141 Desenvolvimento de Assistência Estudantil que apresente o cronograma de suas atividades
142 e o prazo de entrega do primeiro relatório parcial sobre a política e desenvolvimento da
143 assistência estudantil, para apreciação pelo CEPE, pelo CONSU e pelo CONDIR. O
144 conselheiro Guido Assunção Ribeiro falou sobre a necessidade de advertir os dirigentes do
145 DCE com relação aos excessos que estão sendo cometidos pelos manifestantes e dos
146 riscos de incidentes mais sérios que podem resultar de eventuais resistências de pessoas
147 que discordam do movimento. As conselheiras Elza Fernandes de Araújo e Aristéa Alves
148 Azevedo propuseram uma nota deste Conselho de repúdio contra os abusos dos
149 manifestantes e de desagravo. Após essas discussões, retirou-se do plenário o conselheiro
150 Rodrigo José Gonçalves. Passou-se à votação das propostas apresentadas. Em votação, o
151 item 1 da proposta de resolução apresentada pela conselheira Elza Fernandes de Araújo
152 foi aprovado, por unanimidade. Em seguida, o item 2 da mesma proposta foi também
153 aprovado, por unanimidade. O conselheiro Moisés Silveira Lobão encaminhou proposta
154 de um 3º item da resolução de “recomendar que não sejam aplicadas avaliações de
155 disciplinas no período de 31.5 a 5.6.99”. O conselheiro Gilberto Paixão Rosado apoiou
156 essa proposta, lembrando que seria um gesto de boa-vontade deste Conselho, uma
157 contribuição para o “desarme dos espíritos”. Em votação, a proposta foi aprovada por 12
158 (doze) votos a favor e 1 (um) contrário. Essa decisão ficou consubstanciada na Resolução
159 4/99. A seguir, foi votada a proposta de publicação de nota deste Conselho, de repúdio
160 aos abusos e desagravo aos professores ofendidos, que foi aprovada, com 12 (doze) votos
161 a favor e 1 (um) contrário. Foram designados os conselheiros Elza Fernandes de Araújo,
162 Aristéa Alves Azevedo, Dario Cardoso de Lima e Everaldo Gonçalves de Barros para
163 redigirem a nota. Ficou acordado que a minuta da nota deverá ser encaminhada aos
164 conselheiros, para revisão e eventuais emendas, ficando o secretário de Órgãos Colegiados
165 encarregado de providenciar a sua publicação. “NOTA DO CEPE À COMUNIDADE
166 UNIVERSITÁRIA (APROVADA EM SUA 346ª REUNIÃO, DE 31.5.99) - O Conselho
167 de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Viçosa, neste momento
168 delicado por que passa a nossa Universidade, vem condenar veementemente os
169 acontecimentos ocorridos desde o dia 20 de maio passado, quando o direito de ir e vir e o
170 respeito aos professores e alunos foram sistematicamente violados por atitudes do
171 movimento estudantil, que redundaram em comportamentos impróprios ao ambiente
172 universitário e ao exercício das atividades acadêmicas. Em face da situação crítica em que
173 se encontra a Universidade Pública Brasileira, os problemas internos devem ser resolvidos
174 com maturidade, sem manipulação dos fatos, por quem quer que seja, e com a
175 participação efetiva de toda a comunidade universitária. Nesse sentido, é fundamental
176 buscar alternativas que levem à implementação de uma política efetiva de assistência
177 estudantil, por meio de um diálogo permanente, porém sem comprometer a qualidade do
178 ensino de graduação. Neste momento, é imperioso que sejam definidas ações conjuntas,
179 não unilaterais, que concorram para preservar a Universidade Pública Brasileira de
180 qualidade. Sala de Reuniões, 31 de maio de 1999”. Às dezenove horas e dez minutos, a
181 reunião foi encerrada. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, se achada conforme,
182 será assinada pelo presidente e pelo secretário de Órgãos Colegiados.